FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Editora Artimed, 2008.

FERREIRO, E. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 2011.

FRIEDMAN, A. Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

LERNER, D. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed. 2008.

KISHIMOTO, T. M. (Org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo, Cortez, 2005.

MACHADO, M. M. O brinquedo sucata e a criança. 4. Ed. São Paulo: Edições Loyola. 1994.

PIAGET, J. Formação do Símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIMENTA, S. G. Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortes, 1999.

SANTOS, S. M. P. Brinquedoteca: O Lúdico em Diferentes Contextos. 4. Ed. Petrópolis: Vozes. 1999.

SILVA, M. H. A Contribuição do Lúdico no Processo de Aprendizagem na Educação Infantil. 2004. Monografia de Especialização em Psicomotricidade, Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2004.

VYGOTSKI, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

YAMAMOTO M.E. CARVALHO, A.M.A. Brincar para que? Uma Abordagem Etológica ao Estudo da Brincadeira. Estudos de Psicologia, 2002.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA APONTAMENTOS E REFLEXÕES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

JAQUELINE DE OLIVEIRA REOLO

RESUMO

A discussão sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas públicas vem ganhando maior dimensão nos últimos tempos. O conceito de inclusão vem sendo discutido no Brasil de norte a sul, sob diferentes perspectivas e enfoques teóricos. Porém, ao analisar mais profundamente esse assunto tão importante, pode-se perceber que o processo de inclusão escolar tem como pressuposto a mobilização da sociedade para um novo olhar frente às diferenças humanas, elegendo-as como um valor a ser assumido por todos os profissionais da Educação, pais e familiares desses alunos especiais, partindo do princípio de que a principal característica do ser humano é a pluralidade, e não a igualdade ou a uniformidade. Podemos conceituar inclusão como um processo educacional gradual e interativo. É um movimento que respeita às singularidades de cada ser humano, oferecendo respostas às suas necessidades e particularidades. A perspectiva primordial da inclusão é a certeza de que não existem pessoas iguais e são exatamente as diferenças entre os seres humanos, que o caracterizam. O aluno é então compreendido como um ser único, singular e social, que tem sua história de vida, constituindo-se então um ser histórico diferente. O objetivo deste trabalho é analisar as dificuldades no processo de inclusão escolar em escolas públicas e as situações relevantes que se originam ao decorrer do tempo, pois cada participante, com suas atitudes e pensamentos, vão interferindo no processo educacional, vai cristalizando ideias, reafir-

mando conceitos e pré-conceitos, que por sua vez, são manifestos de forma subjetiva e concretamente. A partir das análises que serão realizadas, deve-se analisar mais profundamente que os espaços são diferenciados de um aluno normal para um aluno especial, e merecem mais atenção, tendo suas características peculiares que vão ao encontro dos diferentes objetivos destas duas condições de ensino. Porém, assim será possível presenciar na prática dos professores situações de controle sobre o como interagir com esses alunos. É possível afirmar que algumas escolas encontram-se (des) orientadas frente às perspectivas de inclusão no ensino desses alunos com necessidades especiais, principalmente porque este novo paradigma exige um repensar sobre o fazer pedagógico, uma transformação da escola atual para uma escola para todos, permeada pelo respeito ao sujeito singular e social.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços escolares; Inclusão Social; Estratégias.

ABSTRACT

The discussion on the inclusion of pupils with special educational needs in public schools gaining bigger lately. The concept of inclusion is being discussed in Brazil from north to south, from different perspectives and approaches theories. However, to further investigate this important issue, one can see that the process of school inclusion presuppose the mobilization of society for look forward to a new human differences, electing them as a value to be assumed by all educational professionals, parents and relatives of these special students, assuming that the main characteristic of human beings is a plurality, not equality or uniformity. We conceptualize inclusion as a gradual and interactive educational process. It is a movement that regards the uniqueness of each human being, offering answers to your needs and particularities. The prospect of inclusion is essential to make sure that there are no persons are exactly alike and the differences between human beings, which characterize it. The student is then understood as a unique, natural and social that is his life story becoming a historical being so different. The objective of this paper is to analyze the difficulties in the process of school enrollment in public schools and relevant situations that arise in the course of time, as each participant with their attitudes and thoughts, will interfere in the educational process, go crystallizing ideas, concepts reaffirming and preconceptions, which in turn are manifest subjectively and concretely. From the analysis that will be conducted, should be analyzed more deeply that the spaces are different from a normal student for a particular student, and deserve more attention, with its peculiar features that meet the different goals of these two stages of education. But so you can witness the practice of teachers control situations on how to interact with these students. It can be argued that some schools are guided forward to the prospects of inclusion in teaching these students with special needs, especially because this new paradigm requires a rethink about the pedagogical, a transformation of the current school to a school for everyone permeated by respect for the individual and social subject.

KEYWORDS: Spaces school. Social Inclusion. Srategies.

INTRODUÇÃO

A temática da educação inclusiva tem colocado instituições e pessoas em confronto. Diante da dificuldade de dar conta das várias diferenças em sala de aula, muitos advogam para a educação especial, ministrando aulas em ambientes próprios e separados. Mas há alunos que precisam de atendimen-

to especializado, o que não significa que ele seja restrito de ambientes inclusivos.

A escola é um espaço sócio cultural em que as diferentes presenças se encontram. É também um espaço privilegiado de preparação para a cidadania e para o pleno desenvolvimento humano, se criarmos condições para tanto. Ao longo da história da humanidade sabemos que houve um grande avanço no que se refere à inclusão de crianças e adolescentes no âmbito escolar, e que os congressos, leis e declarações estão focados cada vez mais na possibilidade da inserção de todas as pessoas, sejam elas portadoras de deficiência ou não, na sociedade. Considerando a amplitude dos debates e atendimento as pessoas com necessidades especiais, nos perguntamos sobre as historicidades dos movimentos relacionados à educação especial, as diferenças e as evoluções de rótulos empregados para designar as pessoas com alguma deficiência ao longo dos anos.

DESENVOLVIMENTO

Na Grécia, o descuido com aqueles que possuíam algum tipo de deficiência era notável. Eles eram sacrificados ou mantidos escondidos da sociedade. A cultura grega enaltecia ideal de formas físicas perfeitas, cultuava o corpo, portanto, não aceitava quem nascia fora do padrão estipulado de beleza. Em Esparta a pessoa assim que nascia era analisada por anciãos que após verificar se a criança era saudável, devolvia para a família. Caso esta apresentasse alguma má formação era arremessada num precipício.

O exemplo histórico do preconceito e da marginalização com o diferente começa no marco inicial da era cristã, particularmente em Roma, onde era lei a morte de crianças que nasciam com alguma deficiência. Para os romanos que viviam nesta época, o progresso relacionado à saúde consistia em retirar a vida das pessoas com alguma deficiência para que estas não se misturassem com aquelas que nasciam saudáveis. Também vimos que pessoas com deficiência mental eram usadas como “bobos da corte” nos cercos romanos. Nesta época as deficiências eram tidas como castigo de Deus para a sociedade e por isso eliminava-se todo indivíduo que nascia com alguma deficiência física ou mental. A pessoa com necessidade especial era um ser sem alma que quando não era morto precisava ser santificado. Toda vida era dada a condições desumanas além de serem tratadas sucessivamente com inferioridade.

A mudança no modo de enxergar as pessoas com deficiência modificou-se no final da antiguidade com o avanço do cristianismo. Seguindo os valores cristãos, aquele indivíduo que nascia com alguma deficiência era um ser humano com alma e deveria ter sua vida preservada como qualquer outro filho de Deus. Na era moderna começam a surgir alguns pensadores que citam em seus estudos referências sobre as deficiências, contudo as explicações para as “anormalidades” tinham um cunho muito mais religioso do que científico, as explicações e razões científicas eram ainda muito arcaicas.

Foi aproximadamente no século XVII que as instituições iniciaram os trabalhos de assistência com as pessoas com necessidades especiais. Como exemplo podem-se citar as instituições São Vicente de Paulo e Irmãs de Caridade.

Neste século também houve um ressignificação do estudo baseado nas pessoas com necessidades especiais. O estudo passou a ser muito mais cientifico, surgindo assim diversos pensadores como John Locke

(1632-1704), Charles Michel Eppée (1712-1789), na época do iluminismo o famoso Jean Jacques Rosseau (1712-1778), o pedagogo suiço que promoveu um modo de pensar diferente e revolucionário na educação Johan Heinrich Pestalozzi (1746-1820), entre outros pensadores.

A partir daí a expansão dos estudos científicos para a prestação de serviços às pessoas com necessidades especiais, que se inicia na Europa, cresce de tal forma dando origem a pesquisas nos EUA, Canadá até chegar ao Brasil na época do Império.

Nesta época no Brasil é criados o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC e o Instituto dos Surdos e Mudos, em 1857, hoje denominado INES – Instituto Nacional dos Surdos, ambos localizados no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926) – instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental. Em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e em 1945 é criados o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Hellena Antipoff.

Por volta de 1950, por exemplo, as concepções mais biologistas são acrescidas às concepções que mostravam as influências culturais e sociais sobre o desenvolvimento da criança, apontando as possibilidades de intervenção. (SILVA e MARIA, 2005, p. 74 e 75).

Em seguida, também no início do século XX, face as mudanças de pensamento em relação a educação especial, os autores que antes defendiam características das pessoas com necessidades como irreversíveis sofrem uma modificação de pensamento e passam a rever o caráter inatista de seus estudos. O que se examina é que a intervenção social é de suma importância para o crescimento e desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais.

Foi então que se ampliaram as instituições e locais que desenvolviam projetos para inserção social e inclusão.

Com a nova visão de que não se considera apenas a deficiência encontrada em um indivíduo e sim levar em conta o projeto educacional que se faz para inseri-los na sociedade, pontos de vista antigos foram dissolvidos para dar lugar a idéias novas que considera a criação de um ambiente favorável para interferir nas suas dificuldades e trabalhá-las para que estas não sejam um empecilho para o aprendizado.

Neste parâmetro houve a criação, não só de instituições, como também projetos e leis nesta área. Propostas no campo escolar, abordagens teóricas e práticas para a inclusão serão relatadas neste trabalho.

Na nova visão inculcada por movimentos sociais da década de 60 e 70 do século passado, a deficiência passa a ser tratada como uma resposta educacional e não meramente vista como caso orgânico ou de perfil clínico.

A mudança feita pelo atendimento especializado pode englobar na escola variedades de dificuldades: físicas e cognitivas. Essa inclusão não é fácil. O acesso a todos deveria ser livre, não levando em consideração sua classe social, etnia, porém não é exatamente isso que vemos. Mesmo com um avanço que enfraqueceu os modelos e padrões de escolas da época, há uma dificuldade grande de inclusão para aqueles que sofrem de alguma deficiência.

Convém observar que as transformações se encontram inclusive no modo de se expressar quando se trata de pessoas com necessidades especiais. O conceito e inter-

pretação posta até então, começam a ser repensado. Dá início a questionamentos como o termo amplo que é colocado quando se diz “necessidades especiais”, pois a partir do momento que se amplia a interpretação subentende-se que deve considerar “necessidades” qualquer tipo de dificuldade. Além das cognitivas há aquelas que incluem um número maior de crianças como a lentidão ou problemas de outras naturezas que interferem e retardam o aprendizado.

Podemos ver em Omote (2003) que afirma:

O conceito de educação inclusiva abrange crianças deficientes e superdotadas, bem como aquelas pertencentes a grupos marginalizados ou em situações de desvantagem, tais como crianças de rua, as que trabalham as que pertencem às minorias étnicas ou culturais etc... Em última instância, trata-se da educação de qualidade para todas as crianças e jovens (p.154).

A escola adequada para receber crianças com suas necessidades e suas particularidades investe em projetos a fim de auferir essa nova realidade, a inclusão. Não convém dizer que a inclusão é somente para aqueles alunos com necessidades físicas e cognitivas, cada educando deve ser envolvido na nova dinâmica de inclusão. Isso nos remete a pensar num currículo mais amplo para permitir o desenvolvimento de todos.

Crianças, adolescentes e adultos, enfim, estudantes em geral, em sua trajetória escolar e/ou de vida, atravessam situações e dificuldades capazes de exigir um atendimento especializado ou uma necessidade educativa especial.

Entretanto, é importante ater que os indivíduos com interrupções sérias no campo motor e/ou sensorial não têm as mesmas condições que uma criança ou adolescente que necessita de uma atenção ou necessidade momentânea. Suas restrições vão além, apesar disso, caracterizá-lo como deficiente encaixa-o no paradigma de que é uma pessoa incapaz de desenvolver e aprender tarefas, o que de fato não é a realidade.

Autores como Amaral utilizam o termo pessoas com deficiência e não portadores de necessidades especiais porque as necessidades podem ser desenvolvidas e bem trabalhadas respeitando o ritmo da pessoa com deficiência para assim obter resultados válidos e potencializados. Confrontar o conceito de educação inclusiva com a terminologia empregada para definir as pessoas com deficiência é repensar não somente na terminologia utilizada para designar tais pessoas como também refletir sobre elas, pois, termos como mongol, doentes mentais entre outros, geram, consciente ou inconscientemente o preconceito.

A Declaração de Salamanca é um dos exemplos para tomar como base as transformações que se fazem necessárias para que a inclusão de fato aconteça.

Na Declaração fica expressa formalmente a inclusão de todos os alunos no ensino regular, o qual é necessário um investimento nos planos pedagógicos e na estrutura de um todo do espaço escolar, dispor de elementos para promover o sucesso de aprendizagem de todos.

No paradigma instaurado pela inclusão escolar encontramos, portanto, um redimensionamento do papel da intervenção escolar (escolas devem encontrar maneiras de educar com sucesso todas as crianças, independente de suas capacidades físicas, sensoriais, cognitivas, emocionais e sociais) e a necessidade de desmitificação do poder absoluto da técnica especializada. (SILVA, 2005, p 96). Isso corrobora as expectativas enunciadas na Declaração de Salamanca e

deve ser um complemento do trabalho dos professores na sala de aula, diretores e funcionários da escola.

No que diz respeito à educação inclusiva, pode-se questionar se existe a falsa idéia de inclusão nas escolas regulares, aquela “inclusão” ainda excludente que apenas acolhe o aluno na sala, não interagindo com suas necessidades e não dando o suporte cabível para o desenvolvimento deste. Neste momento entra o debate onde coloca em dúvida qual alternativa escolher: as escolas regulares ou aquelas especializadas para educação especial.

Em alguns lugares esta última é a única alternativa quando o aluno com necessidade especial não tem a possibilidade de ser acolhido na escola normal devido ao preconceito e a falta de preparo das escolas e professores.

Para se opor ao fenômeno de diferenciação e rotulação das pessoas é que a inclusão se apropria da idéia de pensar na diversidade humana e compreender o modo como os alunos tomam parte e aprendem com suas condições e demandas. Saber observar e estimar cada característica e atributo do aluno é adicionar conhecimento e viver positivamente as diferenças. Inculcando na sociedade uma visão transformadora, a realidade da inclusão pode modificar estruturalmente a educação.

As relações dos professores com os alunos são de total influência afetiva e esta se torna até garantia de ascensão no processo educacional, portanto, é de extrema valia refletir e deixar um capítulo especialmente sobre o papel do professor, suas relações com os alunos, sua preparação, suas dificuldades e desafios entrelaçados no cotidiano escolar.

Como já foi expresso anteriormente, inclusão não é somente alocar alunos dentro da sala de aula, mas também entender suas dificuldades propondo estratégias para vencê-las.

Quando os alunos trabalham não focalizando apenas os seus limites e sim nos seus pontos positivos influi em sua auto-estima, podendo ser útil demonstrar os tipos de necessidades especiais para que os alunos compreendam e possam respeitar as diferenças levando-os a compartilhar a harmonia, além da experiência com o novo.

Valorizar cada especificidade do alunado, usar métodos e também a criatividade quando os métodos não forem suficientes para (re)descobrir o potencial de cada um é dar condição para que o trabalho produza resultados eficientes. Trabalhar com projetos políticos pedagógicos eficazes, propor transformações nos cursos de formação de professores incluindo disciplinas e/ou conteúdos mais específicos relacionados à educação especial e inclusiva é também muito importante.

Não bastando apenas propostas, vale mencionar que o cotidiano escolar inclusivo é aquele que, respeitando as diferenças constitutivas, consegue crescer e desenvolver sucessivos triunfos. O trabalho do professor é árduo e complexo, deve prestar um grande esforço para que o aprendizado seja significativo, apesar de esbarrar nas condições de trabalho de péssima qualidade. A desvalorização do professor no Brasil, principalmente após a política neoliberal de mercantilização do ensino auxiliada pelo governo de Collor e Fernando Henrique Cardoso nos faz repensar no exercício da profissão de educador, quanto mais no ramo que diz respeito à educação inclusiva que requer um cuidado e disposição de serviços para que esta se coloque plenamente a serviço de todos.

Os baixos salários, excesso de alunos

aliados a uma falta de infra-estrutura são apenas um dos obstáculos para o profissional de educação, que fica desacreditado no exercício da sua profissão. Cria-se, muitas vezes, o problema de baixa auto-estima e frustração do profissional que acaba por influir no resultado da aprendizagem dos alunos.

Propondo melhorias para os professores exemplificamos reformas vinculadas na formação dos professores, valorização e reconhecimento destes com uma remuneração que condiz com seu trabalho, com sua formação e seus esforços, além de incentivos e elaboração de políticas públicas voltadas à educação de qualidade e não de sucateamento desta.

Metas e planos baseados num aprendizado concreto e autonomia dos professores para colocar tal aprendizado em prática e que a mesma não seja para atender o caráter e as especificações de mercado, que não seja fragmentada no objetivo de formar apenas mão-de-obra barata a serviço do capitalismo, mas que se valha da formação continuada na tentativa de envolver todos os cidadãos e seus direitos são transformadores.

O professor como um ser ativo, não pode esquecer que as diferenças existem em todas as relações interpessoais, mas que é possível, mesmo com obstáculos, construir, formar pessoas e obter êxito na sua profissão.

Com o prisma da educação inclusiva tão em foco, constatamos que não somente os formandos em Pedagogia devem ter a especialização para trabalhar com diferenças e sim todos aqueles que estão inseridos num curso de licenciatura. Neste caso, o currículo do professor com flexibilidade de responder a heterogeneidade do alunado, que atende a perspectiva de que cada um tem um perfil, renuncia o currículo tradicional baseado num ensino universal e coloca em prática uma pedagogia disposta a atender a pluralidade.

Fazendo uso destas atribuições, uma reforma englobando não somente na área escolar como também a sociedade em geral, pensamos numa reforma nos currículos com maior carga horária para discutir sobre a inclusão.

Como a educação inclusiva se trata de uma questão política, entendemos que, além de inserir as pessoas com necessidades especiais, dar subsídios para que estas tenham a oportunidade de aprender como qualquer outra faz parte de uma das idéias que colocamos como diálogo para um novo currículo.

Tratando-se, por exemplo, de alunos surdo/mudos, disponibilizar profissionais especialistas em Libras (Língua Brasileira de Sinais). Tratando-se de pessoas com problemas motores, apropriá-los com instrumentos no qual necessitam para ter a possibilidade de se desenvolver adequadamente. Para cegos, ter possibilidade de acesso a livros em Braille (sistema de leitura para cegos), enfim, disponibilizar recursos financeiros no intuito de promover a inclusão de todos os tipos de necessidades. Levar em conta que a inclusão é algo vivido pelo cotidiano escolar e acontece na mudança e nas transformações na escola.

O educador, como ponte da prática educativa, ajuda a demonstrar aos alunos que, por mais que haja diferenças, todos devem ser tratados com respeito e que, perante a lei todos são iguais. Mediar, a fim de evitar discriminações existentes, ter uma postura para batalhar contra o preconceito nas relações do grupo, pois é presente e vivido nas escolas tais atitudes preconceituosas seja de religião, classe social, cor de pele, etc...

O diferente é visto como o anormal e assim discriminado na escola por não se ajustar no padrão tecido nesta e difundido

pela mídia. Daí o sujeito estigmatizado criar suas formas de defesa para se adaptar ao meio. Estas são as chamadas “técnicas com que a personalidade total opera para manter o equilíbrio intrapsíquico, eliminando uma fonte de insegurança, perigo, tensão ou ansiedade” (Bleger,1977, apud AMARAL, 1994, p.2).

A aprendizagem deve acontecer baseada na cooperação, combatendo o preconceito e trabalhando a adaptação do currículo em prol das particularidades da turma ou do grupo, vislumbrando a melhoria e o sucesso em cada necessidade educacional. É imprescindível preparar os alunos atuando diretamente nas dificuldades de cada um sem ignorar suas deficiências nem as ampliando de forma que as aulas se focalizem apenas no aluno com necessidades especiais.

O relacionamento das crianças com deficiências na classe regular é um passo para formar uma sociedade mais inclusiva. O acolhimento diário adicionado ao conhecimento da deficiência para melhor preparação do professor contribui para a diminuição do preconceito, na medida em que se faz entender a heterogeneidade do alunado em sua escola.

A vivência ressignifica as distinções, pois mobiliza não somente o professor a modificar sua metodologia e planos, como também a turma, que se adequará a esta realidade, compartilhará as diferenças para ver o outro não como distinto e, neste caso, um obstáculo ou uma ameaça, mas sim se comportar aceitando suas especificidades tratando-o com igualdade e afeto.

A marca do preconceito advém desde épocas distintas e isso nos faz refletir o quanto é difícil trabalhar com o preconceito. Travar uma luta pela retirada do estigma que está enraizado pela história da sociedade é o grande alvo da inclusão. O professor adotando uma filosofia de educação que entenda a seriedade de batalhar para abolir o preconceito com o diferente e trabalhar os conteúdos sem receio do aprendizado dos alunos, pois cada qual tem seu potencial, também se prepara para lidar com situações inusitadas acreditando que a pessoa com necessidade especial não atrapalhará a aprendizagem dos outros alunos e sim complementar a educação.

A aceitação do diferente nem sempre é fácil. Muitos alunos e até mesmo professores criam barreiras quando se trata de lidar com o diferente. Observa-se a rejeição com o diferente em vários aspectos quando se trata de uma mudança ou quando o assunto é suportar alguma situação que foge ao entendimento. Frequentemente se gera um sentimento de recusa frente a uma condição nova e para passar por situações que fogem ao conhecimento adquirido, inúmeras vezes o preconceito se emprega pela limitação do conhecimento frente a tais situações.

Essa limitação não é positiva só aumentando a estigmatização do individuo que não se encaixa no protótipo de normalidade elaborado pela sociedade. As pessoas, assim como os alunos, possuem suas diferenças, suas características de personalidade e comportamento.

Existem aqueles que têm um problema físico, motor, sensorial ou até mesmo sofre com algum problema que requer uma atenção maior por parte dos professores e do seu programa educacional. Desta forma, o objetivo a alcançar é que o professor se adeque ao ritmo de tal aluno e trabalhe no intuito de entender tal necessidade, continuamente.

Historicamente observamos um rico avanço no que diz respeito às políticas públicas, convenções, conselhos e declarações focalizando a questão da educação especial e inclusiva. A intenção e o comprometimento

e a instrução da sociedade para que inclua, sem preconceitos, as pessoas com necessidades especiais.

Neste sentido, temos como exemplo a Declaração Internacional de Montreal no qual se baseia na acessibilidade dos excluídos promovendo a inserção destes com políticas de inclusão, como também, encontram-se configurado as demandas da inclusão na Declaração de Salamanca, das Nações Unidas englobando em suas ações a garantia de que a educação inclusiva faça parte do sistema educacional.

A escola especial serve para complementar o atendimento às pessoas com necessidades especiais. Algumas deficiências graves são tratadas nas escolas especiais no intuito de promover a interação das pessoas com necessidades especiais.

A escola especial é aquela especializada para atender pessoas com alguma deficiência. A instituição trabalha exclusivamente com pessoas com tais necessidades. Certas escolas, por exemplo, dão assistência excepcionalmente para cegos, outras acolhem surdos e mudos e até há aquelas que atendem a alunos com múltiplas deficiências.

Este sistema educacional não trabalha como a educação regular, ele lida apenas com alunos com necessidades especiais. Estes contam, além do professor, com um grupo de profissionais como, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas educacionais e até mesmo neurologistas oferecendo apoio necessário e especializado para cada caso.

Como foi apresentado nos estudos históricos, há muitos anos a educação especial está vigente e se faz presente em instituições já mencionadas, porém a inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares é uma superação adquirida com muita luta que vem se aprimorando gradativamente.

Considerando que ainda existe muita discriminação nas escolas regulares, muitos pais acabam por optar em matricular seus filhos em escolas especiais, visto que estas contam com aparelhamento e profissionais qualificados para esta aprendizagem específica.

Um sistema de ensino transformador, com práticas pedagógicas significativas para a inclusão, que não separe educação especial de educação regular, é o objetivo da inclusão. Ambas devem se modificar para atender seus alunos, mesmo que para isto deva ter que transformar a sua rotina. A escola especial deve ser uma opção e deve caminhar no intuito de desenvolver pedagogias que excluam o preconceito e atendam a diversidade prestando acolhimento de qualidade para todos.

Para que haja a inclusão um dos parâmetros é propor mudança e isto requer auxílio e uma luta frente à cultura da escola e seus paradigmas. Recomendamos que os professores, diretores e os que compõem a escola tenham um perfil inovador, aceitando a heterogeneidade e a mudança de procedimento, quando for necessário.

A escola que fornece um aparato, uma condição e um método baseado no cotidiano que respeita a individualidade de seus alunos, recebe aqueles com necessidades especiais com mais facilidade sem ter que mudar muito seus hábitos e suas atividades.

Acreditamos que nas escolas - sejam elas com grande número de alunos ou com uma concentração menor destes - as dificuldades de aprendizagem serão parte de um cotidiano. Em dado momento, o professor se deparará com algum aluno que precisará de atenção especial, seja de ordem psicoló-

gica, sensorial, motora, etc... Cabe à escola e seus funcionários se prepararem para esta realidade.

Durante o processo de escolarização observa-se a separação da escola regular das escolas especiais. Até mesmo na formação acadêmica podemos corroborar essa premissa.

Verificamos isso pela dissociação entre docentes especializados para tratar dos alunos com necessidades especiais daqueles formados para lidar com alunos ditos “normais”. Há aqueles que defendem uma escola regular inclusiva fundamentando a idéia de que esta auxilia os alunos a conter o preconceito já que todos os alunos vivenciariam as diferenças na realidade escolar fazendo parte de seu cotidiano e, há os que defendem a escola especial fundamentando a idéia de que a escola especial estaria plenamente disposta para dar reforço e apoio aos alunos com necessidades especiais.

A postura que tomamos é que, de nada adianta “colocar” um aluno com necessidade especial na escola regular sem dar o mínimo de sustento/auxílio para seu aprendizado, sem fornecer os subsídios necessários para a aprendizagem. O ensino especializado bem como o regular modificado para a pedagogia inclusiva, com as informações e os aparatos pertinentes a inserção, tem grandes chances de propagar este ideal de inclusão. Para tanto, conta com a participação dos componentes da escola, visando uma proposta metodológica adequada aos professores e favorável também para os alunos e que esta, seja ela regular ou especializada, cumpra seu papel de cidadania e desenvolvimento de todos.

Como vem sendo apresentada, a postura do professor em relação ao aprendizado da pessoa com necessidade especial é muito importante. Foi dito também que a escola, como aquela que promulga o conhecimento, tem o domínio de adequar seus currículos de acordo com as possibilidades de seus alunos.

As metas e objetivos do curso adaptando-se de acordo com o aluno, respeitando seu tempo para aprender será continuado e caracterizado pela realidade que estes vivem. Para tanto, modificar os planos de aula toda vez que o caminho percorrido não levar a aprendizagem de fato é um dos entraves para o professor que está habituado com currículos fechados. Por isso é tão importante que o educador esteja aberto à mudança no intuito de alcançar os objetivos finais de aprendizagem. A escola inclusiva se forma com um currículo aberto a apropriações advindas das especificidades dos alunos, aqueles que necessitam de um apoio especial para o sucesso, pois: Certamente, não se constrói um currículo de forma apriorística, através de planilhas rígidas e objetivas estereotipados. Ele é vivo, produto de uma construção coletiva, vivenciado no cotidiano da educação. Há muito que fazer, portanto, para que o “fazer pedagógico” dos professores que trabalham com alunos portadores de necessidades educativas especiais possa ser aperfeiçoado (OLIVEIRA & ABREU, 2003, apud GLAT, 2007, p.39).

Os currículos que não estão abertos a modificações de acordo com a demanda das necessidades especiais de seu alunado tem grandes chances de ser acessível a exclusão, pois um currículo fechado rotula os alunos numa metodologia que não compreende que a aprendizagem de cada um exige um ritmo diferenciado.

Quando falamos de inclusão não queremos apenas focalizar a atenção nas pessoas com necessidades especiais. Deve-se, em primeiro lugar, adequar a escola dando a atenção necessária para envolver seus alu-

nos numa metodologia eficiente aceitando a singularidade de cada um avigorando seus pontos fortes no objetivo de motivá-los.

Fazer mudanças não apenas nas pautas e métodos da forma de apresentação curricular da escola mas também as mais complexas que alteram a política administrativa na mesma vão ao encontro das prioridades e artifícios de inclusão.

Em suma, as adequações de currículo baseiam desde o tempo proveniente para que o aluno aprenda até a transformação do conteúdo, sendo importante a participação e sugestão de todos que estão inseridos na escola numa gestão democrática. Que fique explícito o objetivo e as propostas de inclusão. O acesso para todos é de total importância, conseqüentemente, as adaptações nos currículos são para transpor as barreiras da interação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi deixar um subsídio para a educação inclusiva e com isso descrevo propostas para que esta seja construída paulatinamente no contexto escolar e na sociedade.

Logo no início, apresenta-se o histórico e propostas para inclusão, aliás, todo o tema é baseado em propostas para inclusão. Não visando ser repetitiva, mas sim enfática, o texto sempre remete a uma reflexão sobre passos advindos da inclusão. Também houve a discussão sobre o papel do professor e sua influência nas relações e como este é importante na construção de valores éticos.

Neste contexto também foram relatadas as leis que servem de apoio para verificar as mudanças ocorridas para incluir pessoas com necessidades especiais.

Seguramente não tenho o anseio de finalizar a discussão sobre a inclusão. Debater sobre ela foi o objetivo principal desta monografia. Deixar em aberto todo o debate para não fechar, nem esgotar o caminho para a inclusão foi à aspiração e inspiração, uma vez que o caminho da inclusão tende a crescer e se fortalecer ainda mais.

Numa sociedade tão preconceituosa como a nossa, a pretensão foi demonstrar que a inclusão pode ser uma realidade nas escolas. A finalidade foi deixar uma pesquisa que desse apoio para professores, coordenadores, diretores, funcionários, pais, enfim, para todo aquele que, muitas vezes, estão desinformados ou pouco esclarecidos e tendem a rejeitar as propostas da educação inclusiva.

Acreditamos que as pessoas antes de ter necessidades educativas especiais são seres humanos dotados de inúmeras possibilidades e com um grande potencial a ser trabalhado.

O pressuposto da pesquisa foi demonstrar a importância do convívio da pessoa com necessidade especial entendendo que se podem trocar experiências válidas e, portanto, contínuas. Bem cita Paulo Freire “ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, midiatizados pelo mundo” (FREIRE, 1981, p.79) e o trabalho foi baseado neste pressuposto, onde a inclusão é vista como uma troca de aprendizagens onde todos são educadores e educandos, aprendendo e ensinando em conjunto mediados pelo mundo que em sua grandeza contém diversidades.

Assim, abranjo aqui também, o desejo de modificar a estrutura da formação de professores no âmbito da inclusão. Tal formação, se voltada num estudo baseado na inclusão de todos que têm necessidades especiais, amparada pelo contexto social e a visão de mundo atual, coopera significati-